

Em audiência no Senado, ANFIP repudia declarações de autoridade do governo



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou na terça-feira (11/2) de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal com foco na Reforma Administrativa, ocasião em que apresentou aos participantes o questionamento que permeia os servidores públicos, “a quem interessa o desmonte do Estado brasileiro?”.

Décio Lopes criticou o posicionamento do governo em implementar guerra em vez de paz. Desde a última semana, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, desrespeitou mais de 12 milhões de servidores públicos, comparando-os a parasitas, a ANFIP tem repudiado a declaração. “Estamos numa política de guerra de informações. A quem interessa a guerra entre servidor e Estado, entre servidor e população?”, questionou.

Para o presidente, se a população não tem o retorno dos tributos em forma de prestação dos serviços é culpa da

implementação de políticas governamentais no lugar de políticas de Estado. “O servidor público é aquele que realmente mantém o Estado brasileiro e a população não pode ser enganada”, destacou.

Décio Lopes observou ainda que a sociedade deverá sentir, daqui a 20 ou 30 anos, os efeitos dessa política, quando os representantes do governo não estarão mais aqui para modificar o rumo do seu fracasso ou, quem sabe, comemorar os benefícios do seu progresso. “O Estado mínimo que se propaga agora representa a miséria máxima amanhã”, lamentou.

O representante da ANFIP criticou ainda as PECs 186/19 e 187/19 que, conforme destacou, podem causar estragos ao Estado e, com certeza, não resolverão os problemas efetivos da população. Para o dirigente, parte da resolução para os problemas de serviços prestados seria a recomposição dos quadros de servidores. “Na Receita Federal há muito tempo não se realiza concurso, mesmo sendo este o órgão responsável por 94% da arrecadação tributária federal.”

“A ANFIP sempre defendeu o

Estado, a sociedade e os trabalhadores. Gostaríamos de conclamar a todos para essa luta, pois só com um Estado forte haverá possibilidade de prestação de serviços públicos com o retorno dos tributos pagos”, finalizou.

A audiência foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT/RS) e contou com a participação de representantes de diversas carreiras do serviço público. A senadora Zenaide Maia (Pros/RN) também esteve presente nos debates.

Denúncia na Comissão de Ética

Ainda no dia 11/2, as entidades que integram o Fonacate (Fórum das Carreiras de Estado), entre elas a ANFIP, protocolaram denúncia na Comissão de Ética da Presidência da República contra o ministro da Economia, Paulo Guedes.

No documento, o funcionalismo pede que seja instaurado inquérito para apuração de “violações” do ministro ao Código de Conduta da Alta Administração Pública e ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Reforma Administrativa e crise política nos destaques da semana
Página 2

Presidente da ANFIP defende Reforma Tributária Solidária
Página 4

28,86%: Associação cobra celeridade no processo
Página 7

Ato público reúne multidão contra reforma administrativa



Em coro de “nós não somos parasitas”, centenas de servidores públicos lotaram o auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, no ato político “Pela Valorização do Serviço Público no Brasil”, realizado no dia 12/2, pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, em conjunto com as centrais sindicais e entidades representativas da sociedade civil. O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, esteve presente, acompanhado das vice-presidentes Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) e Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais).

“O evento é um marco na campanha da Frente contra a Reforma Administrativa, pretendida pelo governo federal, que representa

um verdadeiro desmonte do serviço público do país, prejudicando diretamente o funcionalismo e a população, que tanto necessita de atendimento público de qualidade”, avaliou.

Para a deputada federal Alice Portugal (PCdoB/BA), uma das coordenadoras da Frente Parlamentar, os recentes ataques do governo são muito duros para os servidores. “É um ataque difuso para nos dispersar. Fazem factoides e usam essa tática de saturação para nos enfraquecer. Os serviços públicos estão sendo, maquiavelicamente, terceirizados, quarteirizados, privatizados e entregues em mãos que não têm compromisso com a assistência à população brasileira”, disse a

parlamentar, durante abertura do ato político.

Diversos parlamentares também estiveram presentes e se revezaram na tribuna, ocasião em que criticaram as falas pejorativas do ministro da Economia, Paulo Guedes, em relação aos servidores públicos, quando chamou de “parasita” o funcionalismo. A coordenação da Frente conta ainda com o deputado Danilo Cabral (PSB/PE) e com os senadores Paulo Paim (PT/RS) e Zenaide Maia (PROS/RN).

Também estiveram presentes no ato político, pela Fundação ANFIP, a presidente Margarida Lopes de Araújo e a diretora de Estudos, Planejamentos e Projetos, Nilza Garutti, e o assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero.

Expediente Linha Direta

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251.8100
Whatsapp: (61) 98289.5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Taynara Aires e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIO
Manina Rodrigues
Thayná Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfip_



www.facebook.com/anfipnacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

DETALHES E OUTRAS INFORMAÇÕES: WWW.ANFIP.ORG.BR

Seminário detalha política de desmonte do Estado

A ANFIP acompanhou dia 12/2 o seminário Reforma Administrativa – Desmonte do Estado como Projeto, realizado pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, na Câmara dos Deputados. O evento faz parte da programação iniciada com o Ato Político pela Valorização do Serviço Público no Brasil.

Pela Entidade, participaram o presidente Décio Bruno Lopes e a vice-presidente de Assuntos Fiscais, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, e pela Fundação ANFIP participaram a presidente, Margarida Lopes de Araújo, e a diretora de Estudos, Planejamentos e Projetos, Nilza Garutti.

Abrindo os debates, o economista José Celso Cardoso Júnior, do Ipea, destacou que o desmonte estrutural do Estado brasileiro tem acontecido com velocidade e profundidade grandes e, por isso, vários segmentos sociais não estão percebendo a dimensão desse processo. “Isso não é contra uma ou outra organização, ou uma ou outra carreira. É um processo concatenado pelo Poder. Está acontecendo de modo intenso e ganhou velocidade e profundidade maior de 2019 para cá. As dimensões estão em curso de modo simultâneo para limitar a



resistência a esse fenômeno e confundir a sociedade”, destacou.

Já o sociólogo Félix Lopez apresentou os vínculos de trabalho em todo Brasil. Conforme demonstrou, o movimento de trabalhadores é mais intenso no setor privado. “Em 2014, houve redução no setor privado e estabilidade no setor público, quebrando o argumento de aumento de servidores”, afirmou, sobre a narrativa oficial de querer mostrar o contrário, ou seja, o aumento da máquina pública. Segundo o pesquisador, houve um movimento crescente sendo deslocado para o âmbito dos municípios. “A massa dos trabalhadores do setor público

está nos municípios, em virtude de as políticas públicas serem implementadas localmente”, disse.

O último painel foi com o economista Paulo Kliass, que falou sobre as privatizações e a desnacionalização da economia brasileira. Sobre isso, o economista explicou que é importante compreender com mais calma esse termo, conceito e processo, que acontece há várias décadas no Brasil. “Existe um conceito de que a privatização se resumiria à venda de uma empresa estatal para o capital privado. Porém, na verdade, essa é apenas uma das possibilidades de se promover a privatização”, esclareceu.

ANFIP destaca preocupação com Reforma Administrativa e crise política

A indignação diante das declarações da alta cúpula do governo federal que atingiram os servidores públicos tem causado forte mobilização das categorias. Dia 12/2, em reunião no gabinete do senador Major Olímpio (PSL/SP), representantes de classe declararam que apenas um pedido de retratação não será considerado.

Os participantes destacaram que o ataque gratuito aos servidores públicos traz maior repercussão e preocupação também em razão da tramitação das PECs 186/19, 187/19 e 188/19, que integram o Plano Mais Brasil e trazem uma Reforma Administrativa parcial com cortes na jornada de trabalho e nos salários dos funcionários.

O líder do PSL no Senado, Major Olímpio, se comprometeu a receber na



próxima semana um documento oficial dos representantes das entidades para intermediar junto ao governo federal. Estiveram presentes além do presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e do assessor de Estudos Socioeconômicos,

Vilson Antonio Romero, o Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), a Confederação das Carreiras Típicas de Estado (Conacate), algumas representações de servidores militares e a Pública Central do Servidor.

Entidades do Fonacate alinham estratégias contra PECs do Plano Mais Brasil



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participaram no dia 11/2 da Assembleia Geral Extraordinária do Fonacate. O encontro teve como objetivo debater a Reforma Administrativa e as emendas que serão apresentadas às Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 186/19, 187/19 e 188/19, que integram o Plano Mais Brasil, do governo federal.

Dentre as mudanças apresentadas pelas propostas, está a previsão de redução da jornada de trabalho dos servidores públicos em 25% e, consequentemente, a redução salarial, principal ação de contestação dos servidores e também principal objeto das

emendas que serão apresentadas. Décio Lopes enfatizou a importância da união das carreiras. “Nós não podemos deixar o movimento esmorecer, temos que nos fortalecer mais. Se a gente estiver unido, a gente tem mais força”, disse.

Na ocasião também foi apresentado o calendário de atividades junto à Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, os efeitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nas entidades de classe e a mobilização em defesa do serviço público, que acontecerá no dia 18 de março. As entidades fizeram ainda uma avaliação sobre a Campanha Salarial dos Servidores Federais e trataram sobre os planos de saúde, atualização dos benefícios e assuntos gerais.

CCJ promove debate sobre criação e extinção de fundos públicos

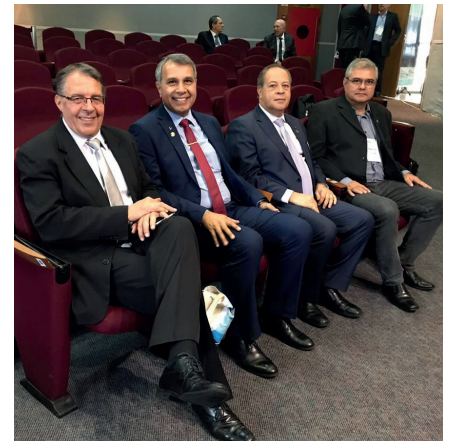


Nesta semana, a presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo, acompanhou a audiência pública realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal que abordou a PEC 187/19.

O debate, mediado pelo senador Paulo Paim (PT), tratou da reserva de lei complementar que cria fundos

públicos e extingue aqueles que não forem ratificados até o final do segundo exercício financeiro subsequente à promulgação da PEC. A desvinculação dos mais de 200 fundos é um tema polêmico, já que o Executivo, com a proposta, quer mais flexibilidade para destinar recursos públicos, especificamente os alocados em fundos infraconstitucionais.

Reforma Tributária Solidária é destaque em seminário



A ANFIP participou da segunda edição do Seminário ‘Estado, Tributação e Desenvolvimento - Alternativas para um país mais justo’, promovido pelo Sindifisco Nacional, na quinta-feira (13/2), em Brasília.

Participando da mesa de abertura do evento, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, enfatizou a importância de se realizar debates dessa natureza, principalmente num momento de enfraquecimento do Estado, “tanto para conscientização de todos acerca do que se passa no país quanto para a união das categorias do serviço público”.

O seminário teve por finalidade discutir o papel do Estado no desenvolvimento econômico e social do Brasil, fazendo uma análise da conjuntura e discutindo estratégias de enfrentamento ao desmonte do Estado e do serviço público no país. Ademais, o evento tratou da Reforma Tributária Solidária – Menos desigualdade, mais Brasil –, formulada pela ANFIP e pela Fenafisco.

Segundo Décio Lopes, o sistema tributário brasileiro aprofunda a concentração de renda e, consequentemente, as desigualdades sociais, não sendo, por outro lado, a causa das desigualdades, mas seu fator atenuante. Diante disso, torna-se imprescindível a interferência do Estado neste processo, para que haja nivelamento e promoção de um sistema tributário progressivo.

PEC 555/06: aposentados preparam mobilização contra contribuição previdenciária

A ANFIP compareceu à primeira reunião ordinária de 2020 do Instituto Mosap, realizada dia 12/2, em Brasília, sendo representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, e pelo presidente da Estadual de São Paulo (ANFIP-SP), Genésio Denardi.

Na oportunidade, foi iniciado um movimento de mobilização contra a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, que está contemplada na PEC 555/2006, ainda em tramitação no Congresso Nacional. Em maio, a pauta será levada à Câmara dos Deputados pelas entidades que integram o Mosap, promovendo concentração no



Auditório Nereu Ramos.

Além de definir o calendário do primeiro trimestre do ano, a reunião tratou de assuntos gerais administrativos, com foco nas reformas Administrativa e

Tributária, e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra pontos da reforma previdenciária, tal como as que trazem consequências para os servidores públicos aposentados e pensionistas.

XVII Encontro Nacional: antecipe sua inscrição

O XVII Encontro Nacional dos Auditores Fiscais será realizado, este ano, em Florianópolis (SC), considerada uma das dez cidades mais dinâmicas do mundo e com o melhor ambiente para o empreendedorismo no país. Sem falar nas mais belas praias, qualidade de vida, culinária, arquitetura e muito mais. É nesse cenário que o Encontro será realizado, de 28 a 30 de maio.

E para receber da melhor maneira os associados e os Auditores Fiscais interessados em vivenciar este momento de união, a ANFIP reitera a importância de as inscrições serem efetivadas com antecedência. Assim, a Comissão Organizadora poderá preparar a melhor estrutura para todos, com conforto e segurança. É só acessar a página do evento, no site da ANFIP na internet e se inscrever.

Lembrando que 30 de maio (sábado) é um dia livre, oportunidade ideal para os participantes conhecerem um pouco mais da cidade-sede. Na página do Encontro existem pacotes turísticos disponíveis, como Scuna Sul, Tour Balneário Camboriú e Unipraias, Beto Carrero World, Blumenau e Pomerode, visita à Adega Scherer e muito mais. A Açoriana Turismo é parceira do evento e oferece as melhores ofertas de passeios, assim como de passagem aérea e hospedagem.



Liberação de ponto – Os Auditores Fiscais ativos, associados da ANFIP, que precisarem da liberação de ponto para participar do Encontro Nacional devem se inscrever, impreterivelmente, até o dia 4 de maio.

É importante ressaltar que esses dias solicitados para dispensa de ponto deverão ser compensados posteriormente, conforme Instrução Normativa (IN) nº 2, de 12 de setembro de 2018, da qual destaca-se o art. 36 – “Poderá haver a liberação do servidor público para participar de atividades sindicais, desde que haja a compensação das horas não trabalhadas”.

Como há limite de 5% de liberados por unidade administrativa por evento, conforme Portaria nº 631/2013, será observada a ordem de inscrição de cada participante. Para fins de comprovação de participação, será entregue o certificado no último dia do Encontro, desde que o participante tenha assinado diariamente a lista de presença.

A ANFIP vai enviar o pedido de dispensa de ponto às unidades de lotação de acordo com o preenchimento no ato da inscrição. Por isso, é muito importante informar corretamente os dados, principalmente em relação à unidade de lotação.

Estadual

Calcule o valor da sua contribuição previdenciária a partir de março

A Portaria 2.963/20, que define as novas alíquotas de contribuição previdenciária para servidores ativos, aposentados e pensionistas, entra em vigor no dia 1º de março (com efeito em abril).

A partir de abril, a contribuição previdenciária terá alíquota progressiva, ou seja, em cada faixa salarial haverá um desconto percentual crescente. Os parâmetros da contribuição foram estabelecidos pela reforma da Previdência (EC 103/2019) e estão dispostos na Portaria.

Vale ressaltar que a contribuição é feita apenas sobre o vencimento básico. Não há desconto no Bônus de Eficiência. No caso de aposentados e pensionistas, o cálculo é feito a partir da FAIXA 5, ou seja, sobre os valores do vencimento básico que superem o teto do Regime Geral (R\$ 6.101,06). Para os ativos, no entanto, a contribuição é feita a partir da FAIXA 1, ou seja, da totalidade do salário.

Para facilitar o entendimento sobre o tema, a ANFIP-SP elaborou alguns exemplos de como ficarão as contribuições previdenciárias para aposentados e pensionistas, além de ativos.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Auditor Fiscal aposentado recebe, neste exemplo, R\$ 27 mil de vencimento básico. A contribuição previdenciária será calculada em faixas acima do teto do INSS (FAIXA 5), até que se complete a sua totalidade. Segue o cálculo:

FAIXA 5: De R\$ 6.101,07 a R\$ 10.448.

Nesta faixa, calculam-se os 14,5% da diferença (10.448 – 6.101,07 = 4.346,93)

14,5% de 4.346,93 = R\$ 630,30

FAIXA 6: De R\$ 10.448,01 a R\$ 20.896.

Nesta faixa, calculam-se os 16,5% da diferença (20.896 – 10.448,01 = 10.447,99).

16,5% de 10.447,99 = R\$ 1.723,92

FAIXA 7: De R\$ 20.896,01 a R\$ 40.747,20.

Nesta faixa, calculam-se os 19% da diferença (27.000 – 20.896,01 = 6.103,99).

19% de 6.103,99 = R\$ 1.159,76.

No fim, somam-se os valores referentes à cada faixa e chega-se à contribuição: R\$ 3.513,98.

ATIVOS

Auditor Fiscal ativo recebe, neste exemplo, R\$ 27 mil de vencimento básico.

CONTRIBUIÇÃO RPPS			
Faixa de vencimento (R\$)		Alíquota nominal (aplicada sobre a faixa de rendimento)	Alíquota efetiva (Aplicada sobre o total do vencimento)
I	1.045	7,5%	7,5%
II	1.045,01 a 2.089,60	9%	7,5% a 8,25%
III	2.089,61 a 3.134,40	12%	8,25 a 9,5%
IV	3.134,41 a 6.101,06	14%	9,5% a 11,68%
V	6.101,07 a 10.448	14,5%	11,68% a 12,86%
VI	10.448,01 a 20.896	16,5%	12,86% a 14,68%
VII	20.896,01 a 40.747,20	19%	14,68% a 16,79%
VIII	acima de 40.747,20	22%	acima de 16,79%

A contribuição previdenciária será calculada em faixas pela totalidade do salário. Segue o cálculo:

FAIXA 1: Até R\$ 1.045 (salário mínimo)

Nesta faixa, calculam-se 7,5%

7,5% de 1.045 = R\$ 78,38

FAIXA 2: De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60

Nesta faixa, calculam-se os 9% da diferença (2.089,60 – 1.045 = 1.044,59)

9% de 1.044,59 = R\$ 94,01

FAIXA 3: De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40

Nesta faixa, calculam-se os 12% da diferença (3.134,40 – 2.089,61 = 1.044,79)

12% de 1.044,79 = R\$ 125,37

FAIXA 4: De R\$ 3.134,41 a 6.101,06

Nesta faixa, calculam-se os 14% da diferença (6.101,06 – 3.134,41 = 2.966,65)

14% de 2.966,65 = R\$ 415,33

FAIXA 5: De R\$ 6.101,07 a R\$ 10.448.

Nesta faixa, calculam-se os 14,5% da diferença (10.448 – 6.101,07 = 4.346,93)

14,5% de 4.346,93 = R\$ 630,30

FAIXA 6: De R\$ 10.448,01 a R\$ 20.896.

Nesta faixa, calculam-se os 16,5% da diferença (20.896 – 10.448,01 = 10.447,99).

16,5% de 10.447,99 = R\$ 1.723,92

FAIXA 7: De R\$ 20.896,01 a R\$ 40.747,20.

Nesta faixa, calculam-se os 19% da diferença (27.000 – 20.896,01 = 6.103,99).

19% de 6.103,99 = R\$ 1.159,76.

No fim, somam-se os valores referentes à cada faixa e chega-se à contribuição: R\$ 4.227,08.

CÁLCULO SIMPLIFICADO

Uma forma simplificada de calcular a contribuição é com a “alíquota efetiva”. Em vez de utilizar cada percentual em uma faixa salarial, aplica-se um percentual

único em todo o salário, no caso dos ativos, ou na parte dos proventos que supere o teto do INSS, no caso de aposentados e pensionistas.

Para a maior parte dos associados da ANFIP-SP, o percentual fica na FAIXA 7, de 14,68% e 16,79%. A utilização do teto desta faixa salarial, ou seja, os 16,79%, facilita a realização do cálculo dos aposentados, porém o resultado é aproximado.

No caso dos ativos, a alíquota efetiva depende do vencimento básico. Para o exemplo utilizado na matéria, com o Auditor Fiscal que recebe R\$ 27.000, a alíquota efetiva é de 15,68%. Se o vencimento básico fosse R\$ 30.000, a alíquota efetiva seria 15,72% e assim sucessivamente. Veja abaixo os exemplos:

Aposentados e pensionistas:

R\$ 27.000 (vencimento básico) – R\$ 6.101,06 (teto do INSS) = R\$ 20.898,94 (valor a sofrer dedução da contribuição)

16,79% (alíquota da contribuição efetiva) de R\$ 20.898,94 = R\$ 3.508,93.

Ativos:

15,68% de R\$ 27.000 = R\$ 4.233,60.

CALCULADORA

A ANFIP-SP desenvolveu uma planilha voltada para os associados cujos vencimentos básicos estão dispostos na FAIXA 7, ou seja, recebem entre R\$ 20.896,01 a R\$ 40.747,20. Ao digitar o vencimento básico na área designada, aparecerão simultaneamente os valores da contribuição previdenciária para os associados que são aposentados e pensionistas, em um campo, e para quem é ativo, em outro. O sistema para calcular o valor da contribuição previdenciária está disponível no site da ANFIP, na editoria Estaduais da ANFIP.

28,86%: ANFIP solicita celeridade do processo na Justiça Federal



A ANFIP informa aos associados que, dia 12/2, esteve na Justiça Federal, em reunião com o juiz titular da 5ª Vara Federal, Cristiano Miranda de Santana, com vistas a solicitar maior celeridade aos processos de execução, originários do processo nº 93.00.10080-7, que pleiteia o reajuste dos 28,86%.

A comitiva entregou ao juiz a listagem dos processos em execução, para análise e encaminhamento. Cristiano Miranda se sensibilizou com a

situação dos associados e explicou que o Tribunal passa atualmente por processo de digitalização desses documentos. No entanto, assim que a atividade for concluída, comprometeu-se a tomar todas as providências para que a tramitação ocorra no menor tempo possível.

Participaram da reunião o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, além das advogadas que representam a Entidade.

Entidades avaliam plano de saúde da Geap



A vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP, Maria Beatriz Fernandes Branco, participou de reunião, na quinta-feira (13/2), com demais entidades integrantes do Fonacate, para tratar da prestação de serviço da Geap Saúde e dos planos oferecidos pela instituição.

O encontro ocorreu na sede no Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), em Brasília, e aconteceu em resposta à deliberação de assembleia do Fonacate, que decidiu incluir o tema planos de saúde para os servidores públicos em sua pauta permanente.

Nesta primeira reunião, os dirigentes presentes avaliaram a rede credenciada e a prestação de atendimento da Geap, como também a importância da representação dos

servidores dentro da instituição. Abordaram ainda o recente reajuste de 12,54%, aplicado nas mensalidades de fevereiro, e o processo eleitoral de 2020, que deverá escolher os novos integrantes do Conselho Administrativo da Geap. “É importante eleger pessoas comprometidas com a defesa dos interesses dos servidores públicos e seus dependentes. É fundamental a discussão deste tema, neste momento eleitoral do Conselho, e unir forças para defender o interesse dos nossos filiados”, observou Rosa Maria Campos Jorge, vice-presidente do Sinait, que foi mediadora do debate.

Também participaram da reunião Luiz Gonzaga de Matos, da ANFFA Sindical; João Daldegan Sobrinho, do SindPFA; e Robson Barbosa e Jean Ruzzarin, do escritório Cassel Ruzzarin advogados.

Benefícios

Que tal curtir o carnaval em alto mar?



Aproveite os melhores pacotes de viagens com a Maiorca Turismo! Além de descontos exclusivos para os associados da ANFIP, a Maiorca lançou os melhores pacotes para o seu carnaval: em até 10x, 7 noites em cabines duplas, com destinos para Búzios, Ilhéus, Montevideu, Punta del Este e muito mais!

Saiba mais em (11) 3371-9071 | (11) 3371-9073.

Quer concorrer a uma Nespresso? Sorteio dia 1º de abril



Você, associado ANFIP, pode concorrer agora mesmo a uma belíssima cafeteira Nespresso! Para participar basta ativar o seu cadastro no clube de Vantagens da ANFIP. Quem já é associado também pode concorrer, é só atualizar seus dados. Acesse agora: <http://anfip.temvantagens.com.br/>

Além deste sorteio, os associados podem usufruir de uma série de benefícios que a plataforma oferece. Confira!